

ESTUDOS
TUPIS E TUPI-GUARANIS

Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.
Disponível para download no endereço
http://biblio.etnolinguistica.org/edelweiss_1969_estudos

FREDERICO G. EDELWEISS

//

ESTUDOS
TUPIS E TUPI-GUARANIS
CONFRONTOS E REVISÕES

LIVRARIA BRASILIANA EDITORA
RIO DE JANEIRO
1969

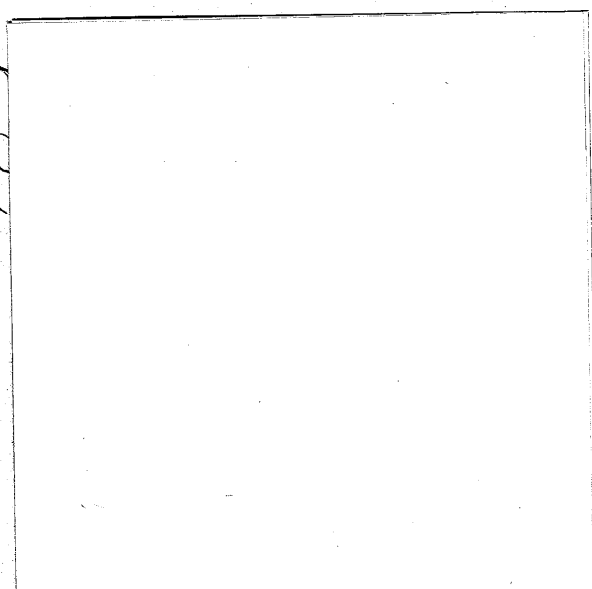
PM 7171

E22

0 0 1 8 0

0 0 1 8 0

1310



AVISO PRELIMINAR

Não é grande o número daqueles que se dão boa conta da onipresença do tupi (1) na vida brasileira e, por isso, nem sempre é com justiça que se fala em tupimania, vendo demasia em todo esforço, que procura dar o devido relêvo ao muito, que devemos ao povo dominante em nosso litoral à chegada do europeu.

Entretanto, o apôdo, cujos laivos de menosprêzo têm a sua origem no despreparo da grande maioria dos nossos tupinistas, justifica-se, quando profliga certos exageros e generalizações, principalmente no campo etimológico, onde pululam os pseudo-entendidos carentes do mais, comezinho preparo — os etimologistas de vocabulários.

Evidentemente, não bastam léxicos para discutir fatos de linguagem, destrinçar procedências ou compor termos novos, tanto mais, quanto os vocabulários tupis existentes (1) pertencem a épocas e regiões diversas, representam dialetos vários em estádios entre si remotos. Se nêles há vocábulos iguais, também os há divergentes, de forma e sentido, em número muito maior (2).

Essa diversidade léxica não podia passar despercebida aos interessados e nos mais escrupulosos devia provocar uma prudente tomada de posição.

O procedimento, no caso mais consentâneo ao espírito científico, fôra a seriação preliminar dos léxicos por dialetos, épocas e áreas, que nortearia todo critério, dando consistência às deduções. Todavia, uma cousa é lobrigar o certo e outra mais árdua é acertar e nivelar o caminho, que a êle conduz.

(1) — O que vale para o tupi, do litoral paulista ao Amazonas, cabe ao guarani, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(2) — A diluição sintática ainda é muito mais acentuada.

Até à publicação do léxico tupi jesuítico, o Vocabulário na Língua Brasilica, em 1938 (3), não havia solução possível; faltava o elo inicial. Sem o dicionário tupi dos jesuítas continuariam ignoradas as formas vocabulares legítimas ao tempo do descobrimento, que representam o ponto de partida para qualquer estudo comparativo, qualquer tradução conscienciosa de textos.

Nesse dilema, aos nossos etimologistas amadores só restava o recurso de considerar a família lingüística tupi-guarani como língua indistinta, tanto no espaço como no tempo, a despeito das múltiplas divergências nitidamente caracterizadas.

Para esse complexo heterogêneo nas formas, Teodoro Sampaio, louvando-se em Martius, escolheu a denominação genérica de Língua Tupi (4).

Mais tarde, com muito menos razão, por ser o divulgador do Vocabulário na Língua Brasilica, Plínio Ayrosa, primeiro catedrático de Tupi na Universidade de São Paulo, manifesta a mesma tendência de fugir a laboriosas distinções, ao perfilhar o indefensável termo língua tupi-guarani(5), um mistifório, onde, mais para alívio do mestre do que do discípulo espantado, caberia tudo: o legítimo vocábulo guarani, de Montoya, a forma castiça do tupi anchietano, nivelado, em condições de igualdade, ao seu estropiado descendente nheengatu, remanejado, através de séculos, por bocas estranhas.

Tais denominações genéricas de amadoresca imprecisão não poderiam satisfazer por muito tempo o espírito perscrutador das nossas Faculdades de Filosofia. A divulgação do vocabulário tupi dos jesuítas não tardaria de seguir o reconhecimento gradativo das características marcantes, que distinguem o tupi de Anchieta, Araújo e Figueira do guarani de Montoya e Restivo, sem falar nas peculiaridades locais, que se iam notando de um autor para outro dentro da própria esfera do tupi antigo.

Entretanto, muito mais patente, desnorteante mesmo, é a divergência verificada entre o vocabulário jesuíta e o Dicionário Português e Brasiliano, que, até a publicação daquele, era tido em conta de livro fundamental, ainda que insuficiente, do lídimo tupi original.

Surgiu, pois, não apenas a conveniência de circunscrever novamente o tupi e o guarani de acôrdo com o velho critério

(3) — Volume XX da Coleção do Departamento da Cultura; São Paulo.

(4) — Compare o prefácio do seu Tupi na Geografia Nacional.

(5) — Já o estigmatizamos em termos algo candentes em nosso Tupis e Guaranis.

de Hervás (6), mas também a necessidade de repartir o desenvolvimento histórico do tupi em suas fases principais.

No desempenho dessa tarefa julgamos conveniente, destacar do tupi original do Quinhentos duas fases de progressiva aculturação. A primeira delas é fruto da grande miscigenação, não apenas entre índios e brancos, mas também por efeito do aldeamento conjunto de índios de outras famílias lingüísticas com tribos tupis, segundo a praxe dos jesuítas.

Apelidamos de "brasiliano" o dialeto tupi, que assim se foi formando nas populações marginais. O seu representante bibliográfico mais divulgado é o Dicionário Português e Brasiliano, que nos forneceu o nome. Reproduz o tupi falado, no Estado do Maranhão, por volta de 1700. Dêle surgiu, no correr dos anos, a segunda etapa de deterioramento, um dialeto de intercâmbio no Amazonas, por eufemismo crismado de nheengatu — língua boa!

Creemos desnecessário frisar que o tal nheengatu em tempo algum foi falado por qualquer tribo tupi.

Aos que melindrarem as nossas repetidas referências a deperecimentos lingüísticos, lembraremos que no tupi não houve propriamente desenvolvimento sistemático, mas estropiamentos de toda a sorte por índios de outras famílias lingüísticas e mestiços.

Pois bem, as páginas que se seguem são dedicadas ao esclarecimento dessa gradativa amalgamação: à influência vária dos jesuítas; a comentários lingüísticos dialetais e cronológicos em volta do tupi original, do brasileiro e do nheengatu; ao estudo comparativo de algumas das suas alterações sucessivas mais gerais através dos vocabulários impressos e à criação patriótica, mas prematura, da Cátedra de Tupi na Universidade de São Paulo.

Estes capítulos estavam elaborados de longa data à espera de uma oportunidade para a sua divulgação, quando elementos novos vieram a exigir considerável e paciente alargamento do plano primitivo.

A leviana insistência de A. Métraux na generalização do gentilico tupinambá a todos os tupis costeiros, confirmada no Manual dos Índios Sul-Americanos (7), acabou lastimavelmente por infiltrar-se nos estudos lingüísticos. Nisso, aliás, nenhuma

(6) — Catálogo de las Lenguas etc. — Edelweiss, F —; Tupis e Guaranis; pp. 3-4.

(7) — Handbook of South American Indians; vol. III Washington, 1948; p. 95.

culpa direta cabe a Métraux, que ali não trata da língua tupi e a ela sempre deu pouca atenção com sensível prejuízo de duas das suas obras (8).

Impunha-se, pois, demonstrar a inconsistência da subserviente generalização de tupinambá em lugar de tupi, principalmente quando aplicado à língua brasileira; e, pensamos ter ressaltado, mais uma vez, as graves inexatidões cometidas nos estudos etnológicos pelo despreparo lingüístico de certos mentores.

A reedição de velhas diatribes contra os compêndios tupis dos jesuítas, desta feita num livro destinado às nossas Universidades, exigiu uma série de retificações, que pretendem ser mais do que simples crítica; são um complemento ao nosso primeiro capítulo e com êle aspiram a restabelecer a verdade tão ignôbilmente vilipendiada por Pombal, detratores antigos e novos, num setor em que a Companhia foi digna dos maiores encômios. Outro desenvolvimento teriam tido os estudos das nossas línguas indígenas, se a iconoclastia pombalina não ocasionasse a perda irreparável de tantos manuscritos preciosos.

Incidentemente vai a nossa resposta àqueles especialistas que pensam dever substituir a Cátedra de Tupi, não por um programa tupi mais racional, mas por estudos de línguas indígenas vivas, quando o certo seria batalhar a favor de ambos. De forma alguma os estudos gerais de línguas índias vivas poderão substituir o tupi, cujo conhecimento rudimentar é um imperativo da Cultura Nacional.

Finalmente, o estudo recente e preliminar de três códices da Universidade de Coimbra, um deles da autoria de Bettendorff, permitiram, não apenas cerrar e comprovar ainda melhor a cronologia tupi, mas demonstrar, à base de textos dantes ignorados, as divergências sintáticas muito maiores do que as léxicas entre o tupi e o brasileiro.

Eis, portanto, o segundo complemento ao nosso "Tupis e Guaranis". A tardança deve ser levada à conta de circunstâncias adversas, que refogem ao nosso valimento.

Cidade do Salvador, aos 2 de julho de 1966.

(8) — *La Civilisation Matérielle Des Tribus Tupi-Guarani e La Religion Des Tupinamba.*

A NOSSA GRAFIA

Na representação dos termos indígenas continuamos a manter o nosso sistema gráfico.

As vogais normais *a, e, i, o, u* têm o valor que lhes damos no português; *e* e *o* são sempre fechados.

Y — representa o *i* gutural do tupi-guarani.

As vogais nasalizadas levam til (˘): *ã, ê, î, û, ÿ* a não ser que sejam imediatamente precedidas ou seguidas de outra vogal nasalada, de *m* ou *n*, que sempre nasalizam as vogais vizinhas.

Das consoantes portuguesas não usamos:

c, ç, f, l, q, v, (w), z.

k — substitui *q, qu* e o *c* oclusivo.

s — tem o valor de *ç* ou *ss* do nosso português atual.

g — sempre representa a oclusiva velar.

j — Pronuncia-se à maneira do português.

x — corresponde ao *ch* português ou francês.

nh — tem o valor do fonema português *nh*, do *ñ* espanhol ou *gn* francês.

Tonicidade.

Tôdas as palavras oxítonas terminadas em *a, e, i, o, u* normal levam acento agudo (´).

Também são oxítonas, embora não levem acento, as palavras acabadas em *y*, em vogal tilada e em consoante.

As formas léxicas paroxítonas não levam acento. Acabam sempre em qualquer vogal normal ou semivogal.

As palavras proparoxítonas tomam regularmente acento agudo.

O acento grave (˘) marca as sílabas subtônicas.

Sinais diacríticos.

As semivogais dos ditongos crescentes ou decrescentes levam acento circunflexo (i, û, ŷ).

O trema (¨) só se emprega no e (ë) para designar o y átono.

O til (˘) caracteriza as vogais nasaladas das sílabas tônicas e das átonas em que a nasalização não fôr indicada pela presença de *m* ou *n* ou de outra vogal nasalada.

Abreviações usadas

Abb.	— Frei Cláudio d'Abbeville;
adj.	— Adjetivo;
BC.	— Batista Caetano de Almeida Nogueira;
Cl.	— Caderno da Língua;
Dbp.	— Dicionário Brasileiro-Português;
Dlg. 69	— Dicionário da Língua-Geral; Códice n.º 69 da Universidade de Coimbra;
Dlg. 81	— Dicionário da Língua-Geral; Códice n.º 81 da Universidade de Coimbra;
Dpb.	— Dicionário Português e Brasileiro;
Pm.	— Poranduba Maranhense, de frei Francisco de N. Sra. dos Prazeres (Maranhão);
s.	— Substantivo;
T.	— Frei André Thevet;
Vlb.	— Vocabulário na Língua Brasileira (dos Jesuítas).
Vpb.	— Vocabulário Português-Brasilico.

ÍNDICE GERAL

I Parte

I — O ensino do tupi e do português nas missões do Brasil, segundo os documentos jesuíticos e a palavra de Pombal	17
II — Idéias errôneas a respeito do tupi e da finalidade do seu ensino universitário	38
III — O tupi no currículo universitário. Comentário em torno de uma iniciativa paulista	55

II Parte

I — Em lingüística, “tupinambá” não é sinônimo de “tupi”	69
II — O dialeto “brasiliano”	109
III — O Vocabulário Português-Brasilico	112
IV — O Dicionário Português-Brasílico e Brasileiro-Português	123
V — O “Caderno da Língua”, de frei João de Arronches	134
VI — Três códices brasílicos da Universidade de Coimbra	138
VII — O “anil” no léxico tupi	159
VIII — O termo “xeringa” na cronologia tupi	166
IX — Os lusismos nos vocabulários brasílicos	172
X — O dialeto nheengatu	188
XI — O termo “nheengatu”	197

III Parte

I — Estudos comparativos do <i>Vocabulário na Língua Brasileira, do Vocabulário Português-Brasilico e do Dicionário Português-Brasílico e Brasileiro-Português</i>	207
II — Digressão em torno das formas nominais, paroxítonas, terminadas em <i>a</i>	235
III — Do sufixo verbal “aba” no tupi, no guarani e no “brasílico”	244

IV — O sufixo tupi “sûera” e os seus correspondentes no “brasiliano” e nas línguas tupi-guaranis mais estudadas	251
V — O sufixo agente “ara”, “sara” nas línguas tupi-guaranis	266
VI — A negação brasileira “nitio”	281
Bibliografia	285
Índice de nomes	295
Índice de alguns termos específicos e das principais palavras avulsas comentadas	299

I PARTE